

Agricultura urbana como prática insurgente: o desafio de Ser no Município da Barra dos Coqueiros, Sergipe, Brasil

Urban Agriculture as an Insurgent Practice: The Challenge of Being in the Municipality of Barra dos Coqueiros, Sergipe, Brazil

Agricultura urbana como prática insurgente: el desafío de Ser en el Municipio de Barra dos Coqueiros, Sergipe, Brasil

Núbia Dias dos Santos ¹  <https://orcid.org/0000-0002-7159-0955>

Ajibola Isau Badiru ²  <https://orcid.org/0000-0003-4668-8624>

Victória Kethen Santos Pessoa ¹  <https://orcid.org/0009-0007-3294-868X>

1 Universidade Federal de Sergipe (UFS)  - Sergipe (SE), Brasil

2 Universidade de São Paulo (USP)  - São Paulo (SP), Brasil

Autor de correspondência: victoriasantos6802@yahoo.com

Recebido: 05 jan. 2026. Aceito: 12 mar. 2026.

Editores de seção: Flamarion Dutra Alves  <https://orcid.org/0000-0003-0318-7301>

Juan David Delgado Roza  <https://orcid.org/0000-0003-0153-1885>

Resumo

Este artigo analisa a experiência da Horta-Mãe Vitória da Ilha, no município de Barra dos Coqueiros, Sergipe, caracterizando-a como uma prática de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) insurgente em um contexto de pressão imobiliária. O objetivo central é sistematizar a implementação dessa política pública em um território de vulnerabilidade social habitado por 162 famílias, investigando seus impactos na segurança alimentar e na organização popular. Metodologicamente, o estudo fundamenta-se nos princípios da agroecologia, da ecologia profunda e da educação popular, adotando a Pedagogia Insurgente e processos participativos para o desenvolvimento de tecnologias sociais. Os resultados evidenciam o fortalecimento comunitário, a garantia da soberania alimentar, o protagonismo feminino na gestão e a reintegração ecológica entre cidade e natureza. Conclui-se que a AUP, quando articulada à economia solidária e à autogestão, atua como ferramenta estratégica para a justiça socioambiental e a transição ecológica urbana.

Palavras-chave: Agricultura Urbana e Periurbana. Agroecologia. Soberania Alimentar. Tecnologia Social. Pedagogia Insurgente

Abstract

This article analyzes the experience of Horta-Mãe Vitória da Ilha, in the municipality of Barra dos Coqueiros, Sergipe, characterizing it as an insurgent Urban and Peri-urban Agriculture (UPA) practice within a context of real estate pressure. The main objective is to systematize the implementation of this public policy in a socially vulnerable territory inhabited by 162 families, investigating its impacts on food security and popular organization. Methodologically, the study is grounded in the principles of agroecology, deep ecology, and popular education, adopting Insurgent Pedagogy and participatory processes for the development of social technologies. The results highlight community strengthening, the assurance of food sovereignty, female leadership in management, and the ecological reintegration between city and nature. It is concluded that UPA, when articulated with solidarity economy and self-management, acts as a strategic tool for socio-environmental justice and urban ecological transition.

Keywords: Urban and Peri-urban Agriculture. Agroecology. Food Sovereignty. Social Technology. Insurgent Pedagogy

Resumen

Este artículo analiza la experiencia de la Horta-Mãe Vitória da Ilha, en el municipio de Barra dos Coqueiros, Sergipe, caracterizándola como una práctica de Agricultura Urbana y Periurbana (AUP) insurgente en un contexto de presión inmobiliaria. El objetivo central es sistematizar la implementación de esta política pública en un territorio de vulnerabilidad social habitado por 162 familias, investigando sus impactos en la seguridad alimentaria y la organización popular. Metodológicamente, el estudio se fundamenta en los principios de la agroecología, la ecología profunda y la educación popular, adoptando la Pedagogía Insurgente y procesos participativos para el desarrollo de tecnologías sociales. Los resultados evidencian el fortalecimiento comunitario, la garantía de la soberanía alimentaria, el protagonismo femenino en la gestión y la reintegración ecológica entre ciudad y naturaleza. Se concluye que la AUP, cuando se articula con la economía solidaria y la autogestión, actúa como herramienta estratégica para la justicia socioambiental y la transición ecológica urbana.

Palabras-clave: Agricultura Urbana y Periurbana. Agroecología. Soberanía Alimentaria. Tecnología Social. Pedagogía Insurgente

Introdução

A concepção da cidade como espaço plural é fundamental, pois estabelece um canal de diálogo entre os gestores públicos municipais e estaduais e a sociedade, diante da urgência em reconhecer o papel das cidades tanto na geração quanto na mitigação da crise climática. Esse reconhecimento implica na formulação de planos, programas, projetos e ações que contribuam para tornar os centros urbanos espaços de vida resilientes, inclusivos, solidários e ambientalmente saudáveis (LEFEBVRE, 1974; SANTOS, 1996; HARVEY, 2005).

Nesse sentido, as interações entre a natureza e suas múltiplas expressões de sociobiodiversidade - que envolvem matas, florestas, manguezais, cursos d'água e ecossistemas diversos - encontram-se fortemente condicionadas pelas dinâmicas urbanas. Essas dinâmicas, impulsionadas pela lógica de reprodução ampliada do capital, frequentemente resultam na degradação ambiental e na perda de qualidade de vida nas cidades (RAFFESTIN, 1980; MASSEY, 2005; HAESBAERT, 2004). Paradoxalmente, essa mesma realidade impõe a necessidade de novas racionalidades e práticas urbanas, voltadas à sustentabilidade e à manutenção de ecossistemas equilibrados em escala global.

No Brasil, duas iniciativas legais recentes sinalizam uma mudança de paradigma político e cultural nesse campo. O Decreto nº 11.700/2023 institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP), enquanto a Lei nº 14.935/2024 cria a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP), definindo a agricultura urbana como *“atividade agrícola e pecuária desenvolvida nas áreas urbanas e periurbanas e integrada ao sistema ecológico e econômico urbano, destinada à produção e à extração de alimentos e de outros bens para o consumo próprio ou para a comercialização.”*

Nesse contexto, a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) é reconhecida como uma estratégia transformadora, capaz de reconfigurar a viabilidade urbana e fortalecer a soberania e a segurança alimentar, ao integrar soluções práticas e sustentáveis ao território (FREIRE et al., 2022; SILVA; OLIVEIRA, 2021). O presente trabalho insere-se no âmbito do Projeto Nacional de AUP, apoiado nos princípios da agroecologia e da economia solidária. Além disso, destaca a experiência participativa e fundacional da Horta-Mãe Vitória da Ilha, localizada no município de Barra dos Coqueiros, na Região Metropolitana de Aracaju (SE, Brasil).

O presente estudo teve como procedimentos principais:

- i. sistematizar a experiência da Horta-Mãe Vitória da Ilha como prática de AUP em território de vulnerabilidade social;
- ii. analisar os desafios enfrentados na implementação da Política Nacional de AUP em âmbito local e
- iii. evidenciar a contribuição da agroecologia e dos saberes ancestrais na ressignificação das relações entre cidade, alimento e natureza.

O artigo está organizado em três partes. A primeira apresenta o contexto local de estudo e as considerações iniciais. A segunda aborda a base teórico-metodológica e os desafios enfrentados na experiência piloto da Política Nacional de AUP, implementada em nove unidades da federação. Por fim, a terceira seção traz as considerações finais, nas quais são discutidos os principais resultados e implicações do estudo.

Considerações metodológicas

O projeto fundamenta-se nos princípios da ecologia profunda, da ecologia humana e da educação popular, adotando metodologias participativas e coletivas.

As etapas de desenvolvimento envolveram:

- i. reuniões semanais, rodas de conversa, plenárias e oficinas comunitárias;
- ii. sistematização de informações em cadernetas de campo e criação de um comitê gestor local;
- iii. planejamento e manejo coletivo da horta, por meio de debates e decisões consensuais; e
- iv. atividades formativas realizadas em parceria com instituições como EMBRAPA, EMDAGRO, ReSea, MAPA, MTE, MPA e o MOTU, entre outras.

Tais perspectivas orientam uma compreensão integrada entre ser humano e natureza, reconhecendo o valor intrínseco de todas as formas de vida e a interdependência dos sistemas ecológicos e sociais (CAPRA, 1996; NAEISS, 1973; FREIRE, 1987).

Esse processo foi construído de forma participativa, valorizando o diálogo de saberes entre a comunidade, as instituições públicas e as organizações sociais, conforme propõe Paulo Freire (1987) em sua pedagogia emancipadora. As decisões foram sistematizadas coletivamente, com base em assembleias semanais, rodas de conversas e dinâmicas de grupo, buscando alcançar o consenso, o empoderamento comunitário, a horizontalidade de conhecimento, o fortalecimento da capacidade de auto-organização da comunidade. As práticas realizadas no espaço da horta permitiram reflexões sobre tecnologias sociais, tipos de plantio, manejo e nutrição do solo, organização coletiva do trabalho e economia popular solidária (SINGER, 2002; PETERSEN et al., 2013). A Horta representa um laboratório viva da atual democracia orgânica e autogestão coletiva.

De acordo com Silva e Locatel (2025, p. 19), o Projeto Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP) “busca contribuir na consolidação da AUP no Brasil, mobilizando o potencial de instituições de ensino superior e pesquisa, em parceria com órgãos governamentais e com organizações da sociedade civil, para desenvolver tecnologias sociais de horticultura comunitária”. Segundo os autores, trata-se de uma “estratégia de promoção de sistemas alimentares saudáveis e de fortalecimento da justiça social, por meio da inclusão socioproductiva de famílias em situação de vulnerabilidade” (SILVA; LOCATEL, 2025, p. 19).

Esse é o caso da comunidade Vitória da Ilha, composta por 162 famílias em situação de vulnerabilidade social, organizada pelo MOTU (Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos), que luta pelo direito à moradia e pela organização política da classe trabalhadora. Trata-se de uma população negra, periférica e de baixa renda, que, diante da precariedade de suas condições de reprodução social, ocupou uma fração do território na sede do Município da Barra dos Coqueiros (SE), no entorno do rio Sergipe, em busca do reconhecimento da posse. São trabalhadores e trabalhadoras que se reproduzem socialmente em atividades temporárias, como pesca artesanal, artesanato e trabalhos autônomos.

Como consequência, observa-se um processo de desterritorialização de grupos tradicionais, especialmente das mulheres extrativistas da mangaba, marisqueiras e pequenos barqueiros, resultando na perda de suas atividades econômicas e na erosão de sua identidade sociocultural e espacial (HAESBAERT, 2004). Em seu conjunto, a população originária enfrenta o aumento do custo de vida, a fragilização das relações comunitárias e o estranhamento diante dos novos moradores e do novo cenário socioambiental em curso.

Paradoxos do direito à cidade e desafios culturais pela Horta-Mãe Vitória da Ilha

As experiências desenvolvidas na Horta-Mãe Vitória da Ilha resultam de uma metodologia participativa que consolidou a organização e a mobilização comunitária como

eixo central da ação. As condições de habitabilidade e as regionalidades locais articulam-se às políticas públicas urbanas na reconfiguração do papel do ser humano no exercício do direito à cidade (MARTINE; ALVES, 2015). Essa perspectiva encontra consonância com as diretrizes do Projeto Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP), que orienta as ações da AUP na Região Metropolitana de Aracaju (RMA), em sintonia com o Projeto Estadual de Sergipe.

A experiência baseia-se em práticas de agroecologia que proporcionam uma visão sistêmica e integradora do ambiente urbano. A aplicação de tecnologias sociais derivadas da AUP buscou promover a segurança e a soberania alimentar, ao mesmo tempo em que fortaleceu a organização comunitária e a incubação de iniciativas de economia solidária (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

A horta, ainda que localizada em um espaço reduzido - aproximadamente 30 metros de largura por 70 metros de comprimento -, representa uma síntese simbólica e estrutural da resistência socioambiental local. A Horta-Mãe Vitória da Ilha, carrega uma dimensão identitária e política, simbolizando a união, a memória histórica e a luta pelo direito à moradia, à alimentação e à terra.

A população envolvida é composta majoritariamente por mulheres, além de jovens e adultos engajados na construção de uma justiça urbana ambientalmente saudável, vinculada à soberania alimentar e ao direito à cidade (HARVEY, 2012; LEFEBVRE, 2001).

A experiência da Horta-Mãe ocorre em um contexto de forte pressão territorial e socioeconômica, marcado pela expansão do capital imobiliário e energético na Barra dos Coqueiros. O avanço de empreendimentos de grande porte - como usinas eólicas, termelétricas e condomínios de alto padrão (figura 1), tem promovido processos de privatização das praias, desmatamento da vegetação nativa e desterritorialização de comunidades tradicionais, como extrativistas da mangaba, marisqueiras e pequenos barqueiros (SANTOS, 1996; HAESBAERT, 2004).

Figura 1. Horta-Mãe Vitória da Ilha, em Barra dos Coqueiros, Sergipe.



Fonte: Victória Kethen Santos Pessoa, 2025.

Essas transformações geram assimetria socioambiental e vulnerabilização das populações locais, cujas identidades culturais e práticas produtivas sofrem erosão. Entretanto, a horta surge como um território de resistência e de reconstrução de vínculos entre natureza, trabalho e cultura, reafirmando o papel da agroecologia como mediadora entre o ambiente e a vida urbana (GLIESSMAN, 2000).

Para além da produção de alimentos, a Horta-Mãe Vitória da Ilha constitui-se como espaço educativo e simbólico, onde o ato de plantar adquire significados múltiplos - culturais, espirituais e sociais. Essa dimensão remete à ecologia profunda (NAESS, 1972), que busca reconectar o ser humano ao ambiente por meio da consciência ecológica e da coevolução entre sociedade e natureza (CAPRA, 2006; UNGER, 1991).

Nesse sentido, plantar não se resume ao ato técnico, mas representa também um processo de (re)enraizamento simbólico, em que a terra e as pessoas se cultivam mutuamente - “planta-se gente e depois as sementes que nos plantam na terra”, como diz o agricultor José do Bolo, do Assentamento Ladeirinhas, em Japoatã/SE. Essa visão humanizadora reforça a noção de que a cidade, mesmo marcada por contradições, é um sistema vivo, onde flora, fauna e cultura coexistem em constante transformação (GUZMÁN CASADO et al., 2000).

A experiência da Horta-Mãe Vitória da Ilha demonstra que a AUP, quando articulada à agroecologia e às práticas comunitárias, é capaz de:

- i. Fortalecer a soberania e a segurança alimentar em territórios vulneráveis;
- ii. Gerar pertencimento e identidade socioespacial;
- iii. Promover a integração entre políticas públicas, saberes locais e tecnologias sociais;
- iv. Redefinir a relação entre cidade, alimento e natureza, contribuindo para a justiça socioambiental e o direito à cidade.

Fundamentos da Agroecologia como paradigma: ciência, método, prática e movimento

A agroecologia constitui um campo interdisciplinar que integra princípios ecológicos, sociais e econômicos no manejo agrícola, com o objetivo de promover sistemas sustentáveis de produção (COE; COE, 2023). Conforme Wezel et al. (2009), a agroecologia pode ser compreendida como ciência, prática agrícola e movimento social, adaptando-se a diferentes contextos culturais e históricos. Para Aquino e Assis (2012), ela valoriza o conhecimento tradicional, busca o equilíbrio ecológico e apoia a construção de modelos agrícolas que respeitem os ciclos naturais, promovendo o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar.

Nas últimas décadas, observa-se que o desenvolvimento contemporâneo enfrenta uma crise civilizacional e socioambiental sem precedentes, com impactos planetários (BOFF, 2014; CAPRA, 2006; LEFF, 2006; IANNI, 2019). Os modelos de crescimento econômico, produção industrial e urbanização intensiva vêm sendo questionados por sua incapacidade de assegurar sustentabilidade ecológica e justiça social. Esse cenário é refletido nas agendas globais de desenvolvimento sustentável (ODS), que propõem a revisão de paradigmas em setores como a industrialização, mineração, urbanização, matriz energética, financeirização e agricultura (ESTEVE, 2017; FAO, 2018).

Nesse contexto, destaca-se o papel das tecnologias sociais, que oferecem caminhos para superar desafios contemporâneos por meio do diálogo com tradições e conhecimentos milenares. Assim, a agroecologia, em interação com os saberes ancestrais, revela-se capaz de se renovar, reconhecendo o valor intrínseco de cada pessoa e recuperando os princípios éticos e filosóficos dos povos originários, expressos nas cosmovisões do *buen vivir*, da *Pachamama* e

da *Gaia*. Esses saberes, historicamente silenciados, continuam sendo cultivados por comunidades tradicionais, guardiãs das florestas, das águas, das sementes, da biodiversidade e das culturas locais.

Em consonância com a Ecologia Profunda, formulada por Arne Naess (1972), o modo como a sociedade industrial e materialista se relaciona com o mundo é visto como um sistema denso e desconectado da totalidade da vida (CAPRA, 1997). Para Naess, conforme interpretação de Drengson (2012), é fundamental o reconhecimento do valor intrínseco de todos os viventes, permitindo que os seres humanos interajam em harmonia com a teia da vida (CAPRA, 2006; LEFF, 2006).

De acordo com Caporal (2009, p. 4), a agroecologia constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e sistêmico, propõe contribuições teóricas e tecnológicas para compreender e solucionar problemas da coevolução social e ecológica. Essa abordagem extrapola a ideia restrita de manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, propondo uma transformação epistemológica que articula ciência, ética e práticas sociais.

A agroecologia, portanto, busca integrar os saberes históricos dos agricultores com o conhecimento científico, permitindo não apenas a crítica ao modelo de agricultura convencional, mas também o desenvolvimento de novas estratégias de produção sustentável. Essa integração ocorre a partir de uma abordagem transdisciplinar, que reconhece o valor das práticas locais e o protagonismo das comunidades rurais e urbanas.

Um dos componentes centrais da agroecologia é a articulação entre o conhecimento científico e o saber cotidiano (CAPORAL; AZEVEDO, 2011). Esse novo paradigma no fazer científico tem como base o diálogo, a escuta empática e a horizontalidade, nos quais ciência e saber popular se refazem mutuamente. Nesse contexto, o conhecimento é construído de forma coletiva e simétrica, por meio da interação entre sujeitos e territórios.

Segundo Gliessman (2000, apud CAPORAL, 2009, p. 9), as agriculturas sustentáveis, sob a ótica agroecológica, devem atender aos seguintes critérios:

- a) baixa dependência de insumos comerciais;
- b) uso de recursos renováveis e localmente acessíveis;
- c) aproveitamento dos impactos benéficos do meio ambiente local;
- d) adaptação às condições locais, evitando o controle excessivo sobre a natureza;
- e) manutenção da capacidade produtiva a longo prazo;
- f) preservação da diversidade biológica e cultural;
- g) valorização do conhecimento e da cultura da população local; e
- h) priorização da produção de alimentos para o consumo interno.

A Horta Comunitária e os desafios das Tecnologias Sociais

As Tecnologias Sociais (TS) compõem a segunda diretriz do Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) na Região Metropolitana de Aracaju (RMA). A consolidação da AUP na Comunidade Vitória da Ilha requer a criação de métodos, técnicas e princípios capazes de responder aos desafios estruturais que marcam as práticas agrícolas em espaços urbanos e periurbanos. Tais práticas são frequentemente condicionadas pela lógica da reprodução ampliada do capital e pela conversão da renda da terra urbana, o que acentua a vulnerabilidade das populações locais. No caso sergipano, especialmente na Comunidade Vitória da Ilha, observa-se que os moradores enfrentam pressões de agentes hegemônicos responsáveis pela modelagem do espaço urbano, frequentemente apoiados e financiados por políticas públicas voltadas à valorização imobiliária e à financeirização do território.

O conceito de Tecnologia Social emergiu na década de 1990 como um instrumento de fortalecimento de práticas democráticas baseadas na produção coletiva do conhecimento. De acordo com Souza e Pozzebon (2020, p. 232), a TS constitui “um processo político de reconfiguração sociotécnica por meio do qual práticas sociais mobilizam métodos e ferramentas capazes de promover transformações que respondem a problemas e necessidades ligadas à exclusão e à pobreza”.

Addor e Santos (2022, p. 331-332) complementam que a TS propõe uma mudança de paradigma: em vez de pensar a tecnologia para os trabalhadores, busca-se concebê-la com os trabalhadores. Assim, a TS ultrapassa o caráter instrumental de solução imediata de problemas sociais e assume um papel emancipador. Para os autores, as experiências nesse campo envolvem quatro elementos centrais: (a) a democratização do processo de desenvolvimento tecnológico; (b) a construção coletiva e participativa dos resultados; (c) a integração de saberes locais e científicos, adequados aos valores socioculturais e ambientais do território; e (d) a apropriação coletiva do conhecimento, garantindo autonomia e emancipação comunitária. A essência da TS, portanto, não está no produto tecnológico resultante, mas no processo participativo de análise, criação e aplicação das soluções (Addor & Santos, 2022, p. 331).

No âmbito da agroecologia, as Tecnologias Sociais representam um conjunto de técnicas e metodologias elaboradas de modo colaborativo, articulando saberes tradicionais e científicos para enfrentar problemas sociais e promover inclusão. Essas tecnologias favorecem a adaptação de práticas sustentáveis às especificidades locais, respeitando condições ambientais, culturais e sociais. Além de soluções técnicas - como o uso eficiente da água e o manejo agroecológico de hortaliças -, as TS fortalecem a autonomia comunitária e a segurança alimentar, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e equitativo (Neves et al., 2020; Oliveira Filho et al., 2020; Addor & Laricchia, 2018; FAO, 2017; Silva, 2014).

Inspiradas nos princípios da educação popular de Paulo Freire, as Tecnologias Sociais enfatizam o potencial transformador dos sujeitos na construção de uma consciência crítica sobre sua realidade. Freire defendia a importância de processos formativos que possibilitem aos trabalhadores analisarem e transformarem suas condições de vida (Freire, 1987). Nessa perspectiva, o campo das TS exige práticas educativas emancipadoras, capazes de ampliar a capacidade técnica, política e organizativa dos envolvidos, promovendo impactos concretos em suas realidades (Duque & Valadão, 2017). O diferencial da TS reside justamente nesse caráter processual: o foco está na transformação social e coletiva, e não na mera produção de artefatos tecnológicos (Addor & Santos, 2022).

A Horta Comunitária e os Desafios da Segurança e Soberania Alimentar na AUP

A terceira diretriz do Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) na Região Metropolitana de Aracaju (RMA), aplicada à Comunidade Vitória da Ilha, envolve a promoção da Segurança e Soberania Alimentar dos participantes do projeto. Essa diretriz constitui um dos pilares fundamentais da AUP, sobretudo diante das transformações nos hábitos alimentares provocadas por fatores estruturais, culturais e econômicos. Entre esses fatores, destacam-se a padronização alimentar induzida pela mídia e pela indústria de alimentos ultraprocessados, as mudanças nos estilos de vida urbano-industriais, a intensificação das jornadas de trabalho e as limitações financeiras que restringem o acesso a alimentos frescos e de qualidade. Nesse contexto, a prática da AUP contribui para ressignificar a relação humana com a alimentação, promovendo a reaproximação entre produção, consumo e convivialidade, e recuperando o sentido coletivo, ecológico e cultural da alimentação saudável.

O conceito de Alimentação Adequada e Saudável (AAS), formulado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2006 e reafirmado pelo *Guia*

Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014), define a alimentação como um direito humano básico. Tal direito compreende o acesso regular e permanente a uma alimentação adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, compatível com suas necessidades alimentares específicas, culturalmente referenciada e atenta às dimensões de gênero, raça e etnia. Além disso, deve ser fisicamente e financeiramente acessível, harmônica em quantidade e qualidade, e baseada em práticas produtivas ambientalmente sustentáveis e socialmente justas (Brasil, 2014; CONSEA, 2007).

Para Reis e Oliveira (2023), compreender o que é uma alimentação saudável implica ir além do aspecto nutricional, incorporando as dimensões políticas, econômicas e ambientais que estruturam o sistema alimentar. Essa perspectiva converge com Paiva et al. (2019), ao enfatizar que a saúde alimentar deve considerar todas as etapas - da produção ao consumo - e seus impactos sobre produtores, consumidores e o meio ambiente.

Belik (2020, p. 9) evidencia, contudo, um processo de homogeneização alimentar no Brasil, caracterizado pela monotonia das dietas e pela perda da diversidade culinária regional. Apesar da ampla biodiversidade e das tradições alimentares locais, os principais alimentos consumidos no país - arroz, feijão, pão francês, carne bovina, frango, banana, leite, refrigerantes, cerveja e açúcar - permanecem praticamente os mesmos em todas as regiões, refletindo a padronização dos hábitos alimentares e a crescente dependência de produtos industrializados.

As hortas comunitárias, como as desenvolvidas no âmbito da AUP, constituem uma estratégia concreta para enfrentar essa tendência, ao integrarem agroecologia, educação alimentar e práticas de segurança alimentar e nutricional. Tais experiências ampliam o acesso a alimentos frescos e diversificados, fortalecem a autonomia alimentar e estimulam formas de organização coletiva voltadas à transformação social (Santos & Machado, 2020).

No contexto brasileiro, Lacey (2007) observa que a agroecologia tem se desenvolvido principalmente em comunidades, cooperativas e organizações de agricultores familiares que enfrentam restrições de crédito, assistência técnica e acesso a tecnologias convencionais. Esses modelos se baseiam em práticas sustentáveis, como o uso mínimo de insumos externos, a rotação e o consórcio de culturas, o policultivo e a conservação do solo e da água. Tais práticas asseguram a soberania alimentar das famílias agricultoras, permitindo-lhes sobreviver, se alimentar e se desenvolver de forma autônoma e ambientalmente responsável.

Comunidade Solidária e o Desafio da Organização Comunitária

O sentido pleno da implementação da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) na Comunidade Vitória da Ilha está diretamente relacionado à organização comunitária e à incubação de iniciativas econômicas solidárias. Essa diretriz constitui o elo integrador entre as demais dimensões do projeto, validando a experiência à medida que promove transformações concretas nos hábitos alimentares, nas relações sociais e na configuração de um modelo de gestão comunitária da horta. Trata-se de um processo que se fundamenta em princípios de solidariedade, ética, respeito mútuo e humanização das relações no circuito de produção, distribuição e comercialização dos cultivos.

A superação dos desafios inerentes à gestão comunitária se deu por meio da adoção de metodologias participativas inspiradas na educação popular comunitária (Freire, 1983; Pereira, 2022), na educação para a emancipação (Freire, 1987; Morin, Ciurana & Motta, 2003) e na pedagogia griô (Pacheco, 2015). Essas abordagens, articuladas aos princípios da gestão colaborativa e dialógica, possibilitaram o fortalecimento do grupo colegiado, a valorização das trocas de saberes e a construção coletiva de um modelo de autogestão solidária.

Essa concepção amplia o entendimento da horta comunitária, transcendendo a ideia de um simples espaço produtivo para situá-la como um empreendimento socioambiental e educativo. A horta, nesse contexto, ressignifica a lógica mercadológica convencional ao substituir a noção de mais-valia por práticas de comércio justo, horizontal e solidário, em que o trabalho coletivo e a autogestão são pilares centrais. A finalidade desse empreendimento vai além da geração de renda: busca promover alimentação saudável, bem-estar socioambiental e transformações culturais no modo de vida da comunidade.

As reuniões do comitê gestor e as atividades práticas realizadas no espaço da horta - que envolvem desde o manejo agroecológico até discussões sobre a conjuntura social - têm sido espaços privilegiados de formação e conscientização coletiva. Nesses encontros, os participantes desenvolvem sua ecologia profunda (Capra, 2006), fortalecem vínculos comunitários e constroem uma identidade coletiva pautada na cooperação e na solidariedade.

À medida que o grupo incorpora princípios de autogestão e passa a compreender o papel de cada integrante na manutenção da horta, consolidam-se as bases para o funcionamento sustentável do empreendimento. Essa experiência se expande por meio da participação em feiras de economia popular solidária e circuitos curtos de comercialização, integrando-se às políticas locais de agricultura urbana e fortalecendo a Rede de AUP na Região Metropolitana de Aracaju (RMA).

A experiência da Comunidade Vitória da Ilha demonstra que os processos de organização comunitária e incubação solidária constituem estratégias eficazes para a autonomia socioprodutiva, a educação emancipatória e a replicabilidade de modelos sustentáveis em outros territórios de Sergipe.

O Desafio da Horta pela Pedagogia Insurgente

A Pedagogia Insurgente (PI) constitui um dispositivo educacional derivado da metodologia da Educação Popular (EP). Em sua essência, a PI confronta o modelo de ensino acrítico, prescritivo e alinhado à racionalidade moderno-colonial (SOUZA et al., 2023). Como alternativa, valoriza os saberes, a memória e a existência dos grupos historicamente marginalizados, reconhecendo nesses elementos as bases para a reconstrução de valores culturais e sociais (SOUZA et al., 2023).

No contexto da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), a PI desempenha papel fundamental como instrumento de articulação técnica e conscientização política, orientando tanto as práticas agrícolas quanto os processos formativos da comunidade (SOUZA, 2023). Sua matriz teórica oferece o arcabouço metodológico e o horizonte utópico para a transformação social (XIMENES et al., 2021), apoiando-se em três eixos da práxis insurgente:

- Reflexão-ação, que associa o aprendizado à consciência crítica e à autonomia investigativa;
- Possibilidade-probabilidade, que conecta a teoria à prática transformadora;
- Permeabilidade-flexibilidade, que assegura abertura conceitual e ética ao processo educativo (SOUZA et al., 2023).

A PI também se ancora em uma crítica à filosofia egóica ocidental, dialogando com o pensamento de Emmanuel Levinas, cuja ética da alteridade propõe a emancipação do outro como fundamento da razão substantiva e interacional (SUSIN, 2020). Tal rigor ético impede que o processo de conscientização colonize o “mundo da vida” dos educandos, preservando sua singularidade e autonomia.

Associada à base Anti/Contra/Decolonial, a PI atua no enfrentamento da violência epistêmica que historicamente nega os saberes subalternizados (UFRB, 2020; SOUZA et al., 2023). A Educação Popular sob essa perspectiva, visa questionar as estruturas de uma pedagogia prescritiva e promover um modelo educativo crítico, libertador e comprometido com a transformação social (SOUZA et al., 2023).

Paulo Freire permanece como referência central nesse campo, ao defender a capacidade dos trabalhadores de analisar criticamente sua realidade para transformá-la (ADDOR; SANTOS, 2022, p. 331). Esse princípio é essencial para o desenvolvimento de projetos baseados em Tecnologia Social (TS), cujo foco recai sobre o processo e não o produto (DUQUE; VALADÃO, 2017). A TS pressupõe uma formação emancipadora, ampliando a capacidade técnica e organizativa dos participantes para gerar impactos positivos em suas condições de vida e trabalho.

Sob a ótica insurgente, a AUP configura-se como práxis multidimensional, indo além da subsistência alimentar. Trata-se de um processo de auto-organização comunitária que busca desativar estruturas de poder excludentes e reafirmar a soberania territorial e alimentar das populações subalternizadas (SOUZA, 2023). Essa insurgência integra educação, conscientização e organização popular, conferindo visibilidade às lutas e saberes historicamente invisibilizados.

A natureza insurgente da AUP está associada à contestação do modelo hegemônico de urbanização e à defesa da Soberania Alimentar, compreendida como o direito dos povos de controlar democraticamente seus sistemas alimentares (ZAAR, 2011). Inspirada na concepção lefebvriana de práxis espacial (COSTA; ALMEIDA, 2012), a AUP representa uma forma de resistência e de reapropriação do espaço urbano, convertendo áreas ociosas em bens comuns urbanos e reconstruindo a relação entre cidadania e natureza (FONTES et al., 2018).

Cultivar na cidade torna-se, assim, um ato de descolonização do saber. As comunidades engajadas na AUP enfrentam uma marginalidade epistemológica, pois o conhecimento oficial tende a desconsiderar seus saberes. A resposta insurgente manifesta-se na produção de “dados insurgentes” (FREITAS, 2019; LASKEY; NICHOLLS, 2019) - informações construídas pela própria base social que contestam discursos hegemônicos e reescrevem as narrativas urbanas. Nessa perspectiva, os saberes rurais na cidade (COUTINHO; COSTA, 2011) tornam-se ferramentas políticas e pedagógicas de descolonização.

A AUP insurgente atua em meio a contradições estruturais que exigem resiliência contínua:

- Insegurança fundiária e risco de cooptação política: A ausência de instrumentos formais de acesso à terra fragiliza os projetos comunitários, pois a estabilidade depende da capacidade de negociação com o metacampo de poder (BOURDIEU, 2007). O risco de institucionalização pode diluir o caráter transformador da soberania alimentar, reduzindo-a a um nicho de sustentabilidade.
- Riscos ambientais e racismo ambiental: A contaminação do solo urbano por metais pesados, resíduos industriais e chorume (RUAF, 2022) impacta desproporcionalmente comunidades periféricas (FIOCRUZ, 2020), convertendo a AUP em instrumento de resistência ecológica e antirracista.
- Resiliência ecológica: A insurgência manifesta-se na adoção de práticas agroecológicas e sanitárias sustentáveis (FAO, 2022), como o cultivo sem agrotóxicos, o manejo agroflorestal e a recuperação de solos degradados.

A recente proposta de uma Política Nacional de Agricultura Urbana (ARAÚJO, 2024) evidencia a disputa política em torno da institucionalização do setor. O desafio é garantir que

tal regulamentação preserve a autonomia, a criticidade e o caráter transformador da AUP, evitando sua neutralização como mera política funcional.

Discussão

A agroecologia, enquanto paradigma científico e ético, propõe uma mudança profunda na relação do ser humano com o ecossistema. Para isso, é necessário o reconhecimento do ser como parte indissociável da natureza, compreendendo seu potencial de nutrir, regenerar e revitalizar a terra em uma relação de simbiose e cooperação. A perda dessa consciência integral tem contribuído para uma crise civilizatória marcada pela alienação e pela exploração ambiental, impulsionada por modelos econômicos e comunicacionais que distorcem a percepção da realidade e dificultam a mudança de paradigma diante das atuais crises climáticas (LEFF, 2006; SANTOS, 1996).

No contexto urbano, a agroecologia surge como possibilidade de reconexão com o ambiente, ressignificando a cidade como sistema vivo e integrado. Esse paradigma contrapõe-se à lógica de dominação da natureza e reconhece a importância de práticas solidárias e sustentáveis que restabelecem vínculos entre sociedade e meio ambiente. Conforme Sevilla Guzmán e Ottmann (2004), a agroecologia se estrutura em três dimensões interdependentes - ecológica e técnico-agronômica; socioeconômica e cultural; e sociopolítica - cuja integração demanda abordagens inter, multi e transdisciplinares, configurando-se como uma ciência da complexidade.

De acordo com Norgaard (1989), os sistemas sociais e biológicos evoluem de forma coevolutiva, sendo mutuamente dependentes. O conhecimento agroecológico, portanto, valoriza os saberes tradicionais e locais, articulando-os ao conhecimento científico para promover novos saberes socioambientais e processos de transição sustentável. Essa transição não se resume à substituição de insumos ou à redução do uso de agrotóxicos, mas implica transformações políticas, culturais e éticas nas formas de manejo e nas relações sociais (COSTABEBER, 1998; CAPORAL; COSTABEBER, 2000).

Nesse sentido, a agroecologia é compreendida como campo de estudos voltado ao manejo ecológico dos recursos naturais, com base em ações coletivas e participativas que buscam reorientar a coevolução social e ecológica (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 1996). Sua dimensão local é fundamental, pois concentra potencial endógeno, conhecimentos e saberes capazes de fortalecer agriculturas que valorizem a biodiversidade ecológica e a diversidade sociocultural. Assim, a agroecologia se consolida não apenas como técnica agrícola, mas como projeto civilizatório voltado à sustentabilidade e à justiça socioambiental (GLIESSMAN, 2000; ALTIERI, 2002).

As agriculturas sustentáveis, segundo Gliessman (1990), devem integrar múltiplos critérios: baixo uso de insumos externos, aproveitamento de recursos locais, respeito às condições ambientais e valorização dos conhecimentos tradicionais. Altieri (2002) acrescenta que a sustentabilidade requer a otimização do sistema como um todo, priorizando a produção para o consumo interno e a equidade social. Dessa forma, a agroecologia se afirma como uma alternativa sistêmica ao modelo agroindustrial, promovendo equilíbrio entre justiça social, viabilidade econômica e integridade ecológica.

Pode-se resumir os resultados em seis seguintes dimensões: i) *Fortalecimento comunitário*: as 162 famílias em situação de vulnerabilidade social passaram a atuar de forma organizada no manejo da horta e na luta por direitos urbanos. ii) *Segurança e soberania alimentar*: a produção contribuiu para diversificar a dieta e reduzir a insegurança alimentar. iii) *Reconhecimento social*: a comunidade deixou de ser vista como espaço marginalizado e passou a ser reconhecida como prestadora de serviços ambientais e guardiã da biodiversidade. iv) *Protagonismo feminino*: mulheres da comunidade assumiram papel

central na produção, organização e gestão coletiva (figura 2); v) *Integração ecológica*: a prática reforçou a relação simbiótica com os biomas do mangue e da Mata Atlântica, destacando o papel das comunidades tradicionais na preservação ambiental, e vi) *Desenvolvimento de Tecnologias Sociais*: elaboradas, testadas e avaliadas pela comunidade, em sintonia com as instituições parceiras.

Figura 2. Protagonismo feminino e engajamento coletivo no manejo da Horta-Mãe Vitória da Ilha, Barra dos Coqueiros, Sergipe, Brasil 2025.



Fonte: Victória Kethen Santos Pessoa (2025); Iris Monteiro Silva (2025).

Conclusão

O desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) na Comunidade Vitória da Ilha, situada na Região Metropolitana de Aracaju (RMA), evidencia o potencial das práticas agroecológicas e das tecnologias sociais como instrumentos técnicos e metodológicos capazes de promover a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar em contextos urbanos vulneráveis. A experiência analisada demonstra que a articulação entre agroecologia, economia solidária e organização comunitária pode gerar modelos de produção de alimentos adaptados às condições territoriais locais, fortalecendo a soberania alimentar e contribuindo para a mitigação dos impactos socioambientais da urbanização.

Do ponto de vista técnico-operacional, a implementação da AUP na comunidade consolidou-se a partir de diretrizes orientadas pela formação participativa, pelo manejo ecológico dos recursos naturais e pela autogestão produtiva. As hortas comunitárias, estruturadas segundo princípios agroecológicos, constituem unidades experimentais e educativas que integram o uso racional do solo e da água, o controle biológico de pragas, o reaproveitamento de resíduos orgânicos e o fortalecimento de circuitos curtos de comercialização. Esses mecanismos contribuem para reduzir a dependência de insumos externos, aumentar a resiliência ecológica e consolidar práticas agrícolas sustentáveis no ambiente urbano.

A experiência da Horta-Mãe Vitória da Ilha demonstra ainda que o êxito técnico da AUP depende da integração entre metodologias participativas, processos formativos e gestão comunitária. A adoção da Pedagogia Insurgente e da Educação Popular como bases educativas da intervenção permitiu ampliar a capacidade técnica dos participantes, fortalecendo o protagonismo local e a apropriação do conhecimento agroecológico. Essa abordagem assegurou o enraizamento social da iniciativa, favorecendo a autonomia e a continuidade das ações mesmo diante das limitações estruturais e institucionais.

Em termos de resultados práticos, verificou-se que a AUP contribui para a diversificação alimentar, a recuperação de áreas degradadas e a valorização dos saberes tradicionais, integrando-se às políticas públicas de combate à insegurança alimentar e nutricional. Ao se consolidar como estratégia de planejamento e gestão territorial, a AUP torna-se um modelo técnico replicável para outras regiões urbanas e periurbanas do país, desde que sejam assegurados mecanismos de apoio institucional, assistência técnica e financiamento solidário.

Assim, a experiência reafirma que a Agricultura Urbana e Periurbana, orientada por princípios agroecológicos e tecnologias sociais, constitui um campo técnico-científico estratégico para a transição ecológica das cidades brasileiras. Sua aplicação sistemática contribui para o fortalecimento da sustentabilidade urbana, da economia solidária e da justiça socioambiental, configurando-se como instrumento efetivo de política pública voltado à construção de territórios resilientes, inclusivos e sustentáveis.

Referências

- ADDOR, Felipe.; LARICCHIA, C.R. (Orgs.) **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária**: concepção, metodologia, prática e avaliação. vol. I. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2018.
- ADDOR, Felipe; SANTOS, Aline Mendonça dos. Incubadoras tecnológicas de Economia Solidária e o campo da tecnologia Social: resgate histórico, análise do contexto atual e perspectivas. In: NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 319-352. DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-337-3.p319-352>.
- ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2012.
- ARAÚJO, João. *Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana: fundamentos e perspectivas*. Brasília: MAPA, 2024.
- BELIK, Walter. **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**. Instituto Ibirapitanga e Instituto Clima e Sociedade; Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflora; Instituto Clima e Sociedade. 2020. Disponível em: https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2020/10/UmRetratoSistemaAlimentarBrasileiro_%C6%92_14.10.2020.pdf
- BOFF, L. **A Grande Transformação**: na economia, na política e na ecologia. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2ed., 1reimpressão. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view
- BRASIL. Lei nº 10,869 de 13 de maio de 2004. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 2004, n. 163, p. 59-64, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10869&ano=2004&ato=67dITQ61UeRpWT89>
6. Acesso em: 15 maio. 2021.

- BRASIL. **Lei nº 11.346 de 15** de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 2006, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 15 agosto. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 7.272**, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 2010, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 15 agosto. 2025.
- BRASIL. **Portaria nº 467**, de 7 de fevereiro de 2018, instituiu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, nº29, ano 2018, Disponível em: <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>. Acesso em: 15 agosto. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 11.700, de 12 de setembro de 2023**. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2023.
- BRASIL. **Lei nº 14.935**, de 30 de maio de 2024. Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 maio 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14935.htm
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira De (Orgs.). **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Paraná – Educação A Distância. 2011. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/agroecologia/livros/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Principios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2006.
- COE, Eija Soini; COE, Richard. Agroecological transitions in the mind. **Elementa: Science of the Anthropocene**, v. 11, 2023.
- CONSEA. Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Documento Base**. Brasília: CONSEA, 2007. https://ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_alimentar_III/texto_base_3_conferencia_seguranca_alimentar.pdf
- COSTA, Heloísa Soares de Moura; ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. de. Agricultura urbana: possibilidades de uma práxis espacial? **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 4, n. 8, 2012.
- COSTABEBER, José Antônio. **Sustentabilidade e transição agroecológica**: contribuições da Agroecologia para uma nova base de desenvolvimento rural. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Soares de Moura Costa. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 81-97, jul./dez. 2011.
- DRENGSON, Alan. Algumas reflexões sobre o movimento da ecologia profunda. **Foundation For Deep Ecology**. 2012. Disponível em: <http://www.deepecology.org/deepecology.htm>.
- DUQUE, Thaís Oliveira e VALADÃO, José de Arimatéia Dias. Abordagens teóricas de tecnologia social no Brasil. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 5, out./dez. 2017, p. 1-19. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/11310/pdf;doi:10.12712/rpca.v11i5.962>
- ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida**: Quem controla a nossa alimentação? 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Urban and peri-urban agriculture sourcebook: From production to food systems. Rome, Italy: FAO, Rikolto International s.o.n., RUAF Global Partnership on Sustainable Urban Agriculture and Food Systems, 2022.
- FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**: Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición. ROMA: FAO, 2018.
- FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Boas práticas agrícolas e segurança alimentar**. Roma: FAO, 2022.

- FAO; OPAS. **Panorama da segurança alimentar e nutricional: sistemas alimentares sustentáveis para acabar com a fome e a má nutrição**. Santiago, 2017.
- FIOCRUZ. INSTITUTO VITAL BRAZIL. Hortas comunitárias: uma ação de desenvolvimento sustentável. **Invivo Fiocruz**, Rio de Janeiro, 2020.
- FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Relatório sobre racismo ambiental e saúde urbana**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.
- FONTES, Adriana. et al. Táticas cidadãs para ativação de áreas subutilizadas: o caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro. **Arq.urb.**, São Paulo, n. 23, p. 153-176, set./dez. 2018.
- FONTES, Adriana et al. Hortas urbanas e cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 2, p. 195–214, 2018.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rosisca Darcy de Oliveira (trad.). 7ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, S. A. G. de. Insurgência urbana e dados insurgentes na periferia de Fortaleza/CE. **Vírus**, Natal, v. 11, n. 16, 2019.
- FREITAS, Leonardo. **Dados insurgentes e epistemologias urbanas**. São Paulo: Annablume, 2019.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: ecological processes in sustainable agriculture**. Ann Arbor: Ann Arbor Press, 1990.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: ecological processes in sustainable food systems**. 2. ed. Boca Raton: CRC Press, 2000.
- GOLDSMITH, Edward; WILSON, Nicholas Hildyard. **The social and environmental effects of large dams**. Cornwall: Wadebridge Ecological Centre, 1991.
- GUZMÁN CASADO, Gloria; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madri: Mundi-Prensa, 2000.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- IANNI, Octávio. **A Ditadura do Grande Capital**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- LACEY, Hugh. Há Alternativas ao Uso dos Transgênicos?. **NOVOS ESTUDOS**, 78, Julho 2007, p. 31-39. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/dfm75SRSvB6zrDs8HL8g8Cm/?format=pdf&lang=pt>
- LASKEY, Craig; NICHOLLS, Patricia. *Urban insurgent data and spatial justice*. *Urban Studies Journal*, v. 56, n. 3, p. 455–472, 2019.
- LASKEY, Justin; NICHOLLS, Walter. Uma nova frente de luta em movimentos urbanos? **Vírus**, Natal, v. 11, n. 16, 2019.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.
- LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
- LOCATEL, Celso. (Coord. Nacional). **Agricultura Urbana e Periurbana apoiada na Agroecologia e na Economia Solidária**. Projeto Básico. UFRN; MDA; Governo Federal, 2024.
- MASSEY, Doreen. **For space**. London: SAGE Publications, 2005.
- MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.433-460, set./dez. 2015.

- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA); SECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL (SQA). **Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PAUP): fundamentos e diretrizes**. Brasília: MMA/SQA, 2002.
- MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2003.
- NAESS, Arne. **II movimento ecológico: ecologia superficial e ecologia profunda**. Una síntesi. Tradução italiana de M. Tallacchini. Tradução em português do autor. Milão: Vita e Pensiero, 1998.
- NEVES, Ednalva Felix das; LIMA, Márcia Maria Tait; GONÇALVES, Gabriel Eduardo. Agroecologia e tecnologia social como caminhos para o desenvolvimento rural integral: uma aproximação. **Economia e Desenvolvimento**, v. 32, ed. esp., e9, p. 1-13, 2020.
- NORRGAARD, Richard B. The case for methodological pluralism. **Ecological Economics**, v. 1, n. 1, p. 37-57, 1989.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- PACHECO, Fernanda. **Pedagogia Griô: tradição oral e reencantamento da educação**. Brasília: MEC/SECAD, 2015.
- PAULINO, Eliane Tomiai. Alimentos e mercados: uma questão geopolítica e de classes. **Revista Formação**, Presidente Prudente/SP, n. 14, v. 1, p. 167-185, 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/708/731>.
- PEREIRA, Luiz Carlos. **Educação popular e práticas emancipatórias**. Aracaju: Editora UFS, 2022.
- PEREIRA, Gorete. Freire e a educação comunitária/popular: caminhos de vivência emancipatória, participativa e inclusiva. **Dialogia**. [S. l.], n. 42, p. e23055, 2022. DOI: 10.5585/42.2022.23055. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/23055>
- PETERSEN, Paulo. et al. **Olhares agroecológicos: análise econômico-ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (Des)caminhos do meio ambiente**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- REDE DE MUNICÍPIOS AGROECOLÓGICOS (RMA). **Experiências e práticas de gestão territorial em agroecologia**. Brasília: RMA, 2023.
- REIS, Ana Beatriz de Jesus; OLIVEIRA, Anelise Rizzolo de. Agroecologia, agrotóxicos e alimentação adequada e saudável: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.18, n.5, p.323-346, 2023.
- RUAF. Urban and peri-urban agriculture: The state of the art in urban food policies. 2022. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2019/11/rau27_completo.pdf.
- SANTOS FILHO, Agripino Alexandre dos. **Crise Ambiental Moderna: um diálogo interdisciplinar**. Porto Alegre: Redes Editora, 2015.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Maira dos; MACHADO, Mariana Campos Martins. Agricultura Urbana e Periurbana: Segurança Alimentar e Nutricional, comportamento alimentar e transformações sociais em uma horta comunitária. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 27, p. 1-20, 2020.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: Icaria Editorial, 1996.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; OTTMANN, Gérard. Agroecología y desarrollo rural sostenible. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da; LOCATEL, Celso Donizete. O Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana apoiada na Agroecologia e na Economia Solidária. In: LOCATEL, Celso Donizete; JACOB, Michelle Cristine Medeiros; SILVA, Roberto Marinho Alves da. (Org.). **Nutrindo Comunidades: Manuel de Apoio a Projetos de Hortas Urbanas e Agroecológicas**. Curitiba: Editora CRV, 2025, p. 15-22.
- SILVA, Sandro Pereira. **A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- SOUZA, Ana Clara Aparecida Alves de; POZZEBON, Marlei. Práticas e mecanismos de uma tecnologia social: proposição de um modelo a partir de uma experiência no semiárido. **Organizações & Sociedade**, 2020,

27(93), p.231-254. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/osoc/a/vgBbtPHW8Hgm9KpTdqLc4GJ/?format=pdf&lang=pt>

- SOUZA, Francisco Overlande Manço de. **Sinergia entre espaços formativos**: enlace entre Educação Popular e Escola Pública no horizonte do inédito viável Freireano. 2023. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.
- SOUZA, José Carlos et al. **Pedagogia insurgente e práticas emancipatórias**: fundamentos teórico-metodológicos da educação popular. Salvador: UFRB, 2023.
- SUSIN, Luiz Carlos. **A ética da alteridade em Emmanuel Levinas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.
- UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. *Educação popular e práticas decoloniais*. Cruz das Almas: UFRB, 2020.
- ZAAR, Miriam Helena. A agricultura urbana e periurbana no quadro da soberania alimentar. **Revista Sociedade e Território**, v. 23, n. 1, p. 5-21, 2011.
- ZAAR, Miriam Helena. Soberania alimentar e políticas públicas no Brasil. **Revista NERA**, v. 14, n. 18, p. 7-26, 2011.
- WEZEL, Alexander et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, p. 503-515, 2009.

Contribuição dos autores

Conceitualização: SANTOS, N. D. dos; BADIRU, A. I.; PESSOA, V. K. S. **Curadoria de dados**: Não aplicável. **Análise formal**: SANCHEZ, A.; MACHADO, J.; ALVES, T.C. **Aquisição de financiamento**: Não aplicável. **Investigação**: SANTOS, N. D. dos; BADIRU, A. I.; PESSOA, V. K. S. **Metodologia**: SANTOS, N. D. dos; BADIRU, A. I.; PESSOA, V. K. S. **Administração do projeto**: Não aplicável. **Recursos**: Não aplicável. **Software**: Não aplicável. **Supervisão**: Não aplicável. **Validação**: SANTOS, N. D. dos; BADIRU, A. I.; PESSOA, V. K. S. **Visualização**: SANTOS, N. D. dos; BADIRU, A. I.; PESSOA, V. K. S. **Escrita – rascunho original**: SANTOS, N. D. dos; BADIRU, A. I.; PESSOA, V. K. S. **Escrita – revisão & edição**: SANTOS, N. D. dos; BADIRU, A. I.; PESSOA, V. K. S.

Base de dados

Não se aplica.

Financiamento

Este trabalho não recebeu nenhum subsídio específico de agências de fomento nos setores público, comercial ou sem fins lucrativos.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Aprovação do conselho de ética

Não se aplica.

Agradecimentos

Não se aplica.
